

Descomplicando Políticas Sociais no Brasil

Capítulo 5

POR QUE O ORÇAMENTO PÚBLICO É FUNDAMENTAL PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS?



O que é Orçamento Público?

É um **plano** de receita e de gastos de um governo.

É uma **previsão** da arrecadação com impostos, taxas, empréstimos etc. e de como o governo pretende gastar o que será arrecadado.

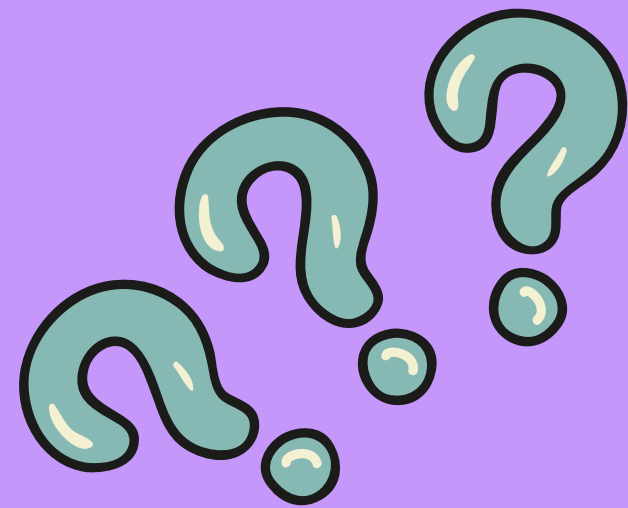
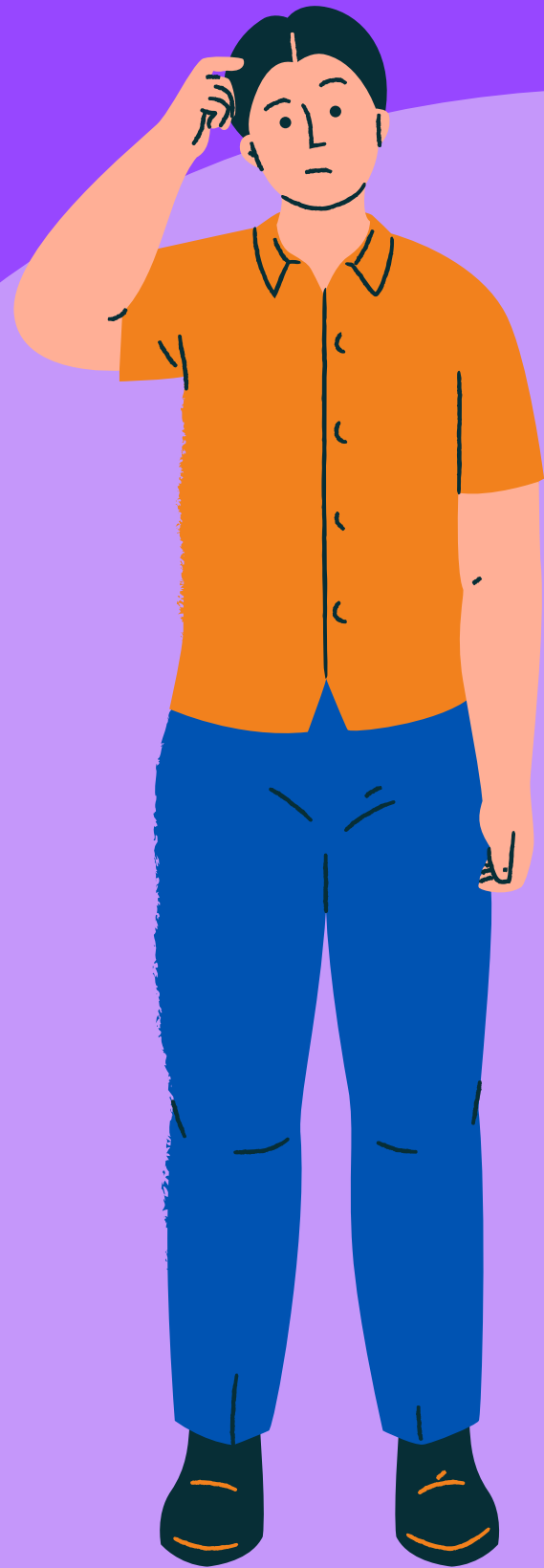
No Brasil, o orçamento público é planejado pelos poderes Executivo e Legislativo.

Orçamento brasileiro

No Brasil, o orçamento público é **autorizativo** (e não impositivo), ou seja, de modo geral, o governo não é obrigado a executar todas as despesas autorizadas.

Assim, um gasto programado pode não ser executado devido ao **contingenciamento**, à **inação** ou à **incapacidade** da instituição responsável.

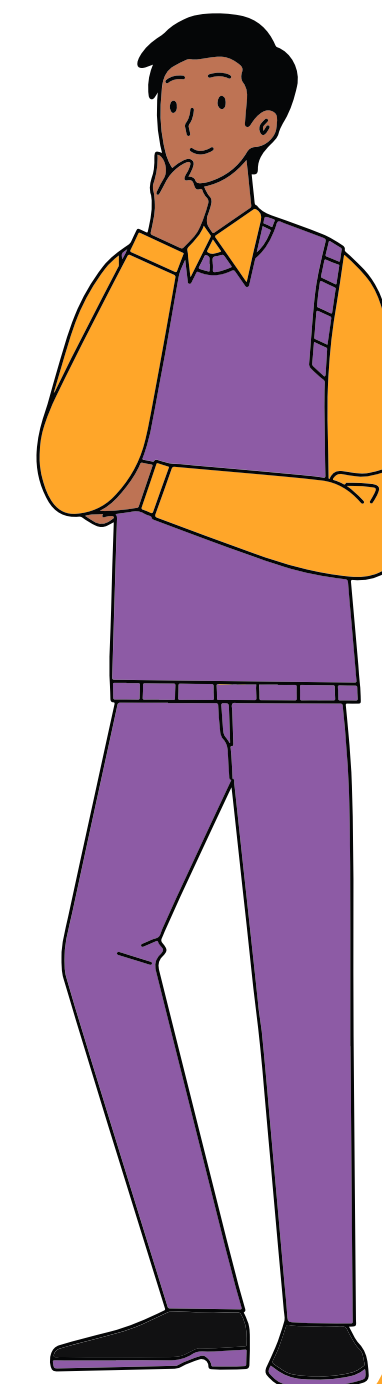
Por que o orçamento público é importante?



Para começar...

O orçamento público indica as **prioridades** de um governo, pois estabelece o montante de recursos financeiros que cada política pública recebe.

Esse financiamento tem **impacto direto** em serviços do dia a dia, como as ofertas das políticas de Saúde, Educação e Assistência Social.



O **bem-estar** da população deve ser um dos principais objetivos ao se planejar o orçamento público, o que significa ofertar políticas sociais em **quantidade e qualidade adequadas**.

Isso envolve duas questões bem complexas...

Por que é complexo?

Os recursos que financiam as políticas públicas são oriundos de **tributações**, a maioria delas **compulsória**. Isso gera um **conflito de interesses** entre aqueles que pagam os tributos e aqueles que recebem os benefícios.

Os responsáveis por arrecadar e repartir os recursos públicos devem atuar em prol da “coisa pública” e, portanto, esses servidores devem ser **controlados** para garantir o **cumprimento da legislação e do interesse público**.

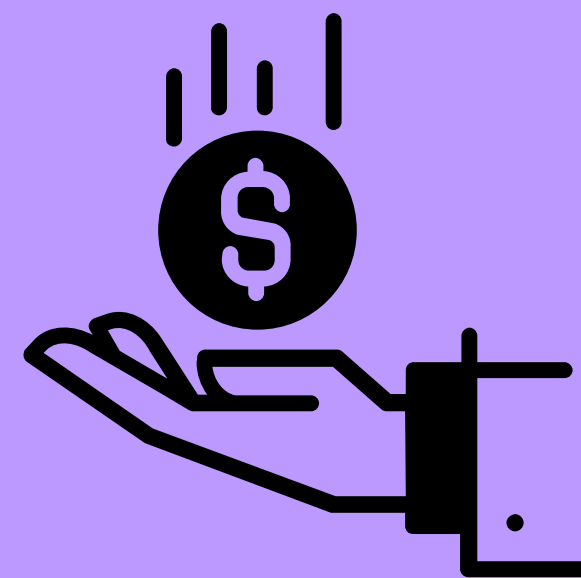
Objeto de disputas

O orçamento público é objeto de grandes **disputas políticas e econômicas.**

A Constituição Federal de 1988 enfatizou a necessidade de **redistribuição das riquezas** devido às enormes desigualdades sociais. Isso significa que o grupo mais rico da sociedade deve pagar proporcionalmente mais tributos para o financiamento das políticas sociais universais.



Principais leis que regem o orçamento público no Brasil



PPA

O PPA é um planejamento de médio prazo, que define as estratégias, diretrizes e metas do Governo por um período de quatro anos.

LDO

A LDO define as metas e as prioridades do Governo, ou seja, as obras e os serviços mais importantes a serem realizados no ano seguinte. É a lei que estabelece a ligação entre o PPA e a LOA.

LOA

A LOA, ou o orçamento propriamente dito, estima as receitas que o governo espera arrecadar ao longo do próximo ano e fixa as despesas a serem realizadas sem tais recursos.

Fonte: Brasil (2015).

Retirado de: SOARES, 2023

O planejamento orçamentário brasileiro envolve três leis principais, estabelecidas pela Constituição Federal de 1988:

- 1) Plano Plurianual (PPA)
- 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- 3) Lei Orçamentária Anual (LOA)

Após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), geralmente em janeiro, os gastos são executados.

Ao longo do ano, se houver divergências entre o que foi planejado e o que é efetivamente realizado, podem ocorrer **modificações** orçamentárias.

Modificações por meio de:

(a) créditos adicionais: criação ou aumento de gastos não previstos ou insuficientemente dotados na LOA;

(b) contingenciamento: restrição temporária ou permanente de gastos autorizados na LOA.

Os créditos adicionais podem ser:

- (1) suplementares;**
- (2) especiais; ou**
- (3) extraordinários**



Lei de Responsabilidade Fiscal

O orçamento público é muito impactado pelo **contexto econômico**.

Mesmo que algumas políticas, como Saúde e Educação, possuam percentuais orçamentários mínimos estabelecidos pela Constituição Federal, o desempenho do PIB irá influenciar os gastos sociais.

Continua...

Lei de Responsabilidade Fiscal

A **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar nº 101, de 2000) estabelece normas para limitar o endividamento e os gastos com pessoal em todos os níveis de governo, buscando evitar **abusos no uso dos recursos públicos** e garantindo a **continuidade das políticas sociais**

A capacidade do Estado de financiar e manter políticas sociais está diretamente relacionada ao **contexto econômico** e à **responsabilidade fiscal**.

Como o orçamento público afeta as políticas sociais?

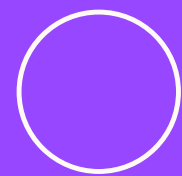
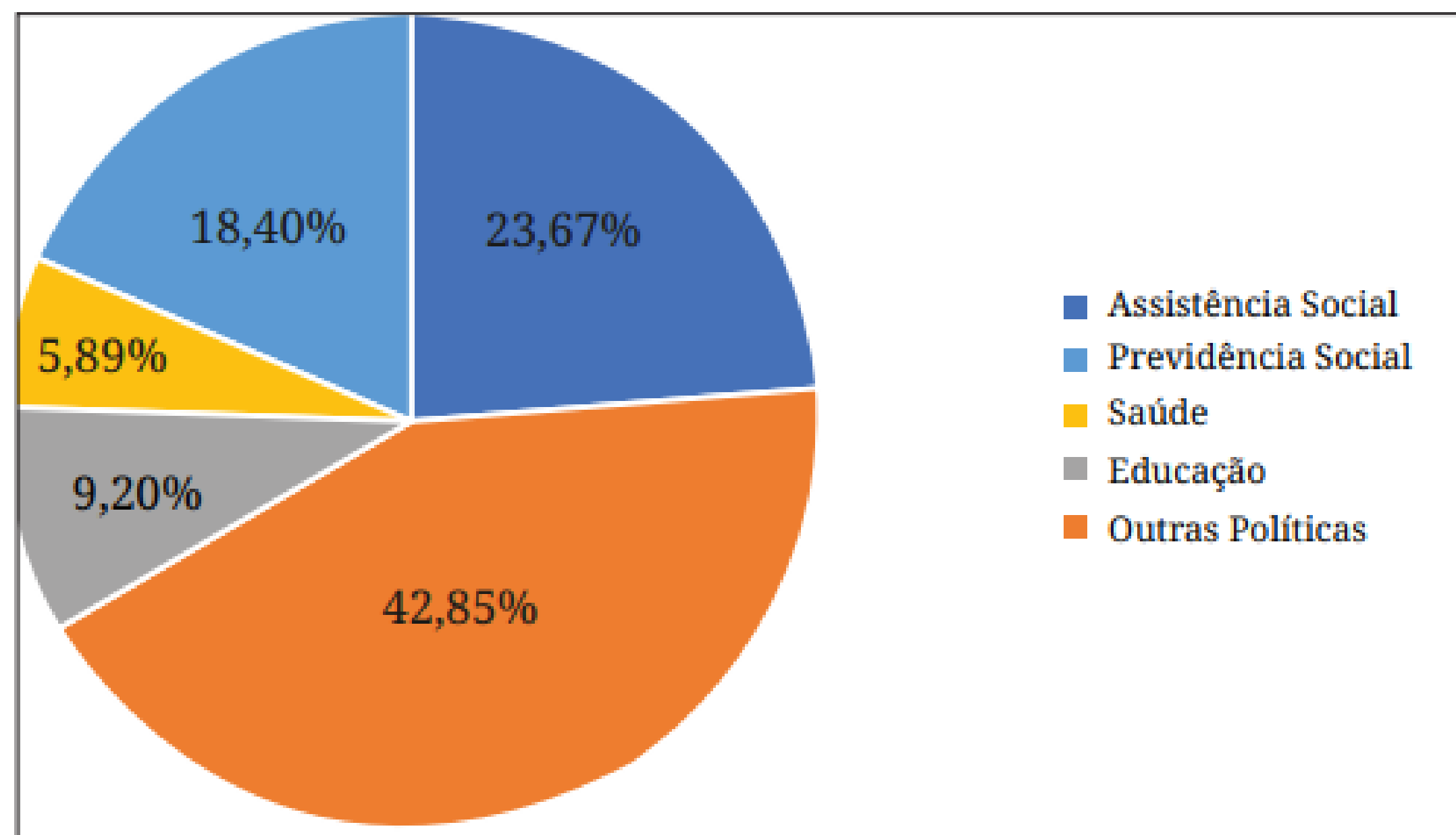


Gráfico 2 – Participação das políticas sociais nos gastos empenhados do OGU, 2020



Fonte: TNT (2021).

Retirado de: SOARES, 2023

Apesar da situação extraordinária causada pela pandemia de Covid-19, em 2020, o gráfico ao lado serve para exemplificar em que políticas sociais os maiores gastos governamentais se concentram. Nesse caso, nas políticas de Seguridade Social – fundamentais para o desenvolvimento social.

Como a participação social pode contribuir?



A sociedade deve conhecer e participar do planejamento orçamentário e de sua execução para garantir que as políticas sociais sejam priorizadas no processo de arrecadação e distribuição dos recursos públicos.

Como fazer isso?

- Participação eleitoral – escolha de representantes políticos comprometidos com as políticas sociais.
- Orçamentos Participativos – processos nos quais os cidadãos podem participar de assembleias locais, escolher prioridades, eleger representantes que decidem e fiscalizam a execução das decisões.
- A sociedade civil pode utilizar as instituições de controle público para fazer denúncias e manifestações.

O que aprendemos?



Por fim...

Existem dois fatores relevantes para o planejamento e a execução dos gastos orçamentários de forma eficiente, eficaz, efetiva e com equidade:

1. A **capacidade institucional**, ou seja, a existência de uma burocracia estatal preparada e com capacidades para realizar essas tarefas.
2. A **participação social**, que vai desde a escolha dos representantes políticos até a atuação direta no planejamento e no controle orçamentário.





Obrigado!

Informações bibliográficas

2023

Editora UFMG e Editora Fino Traço

Título

DESCOMPLICANDO POLÍTICAS
SOCIAIS NO BRASIL vol.1

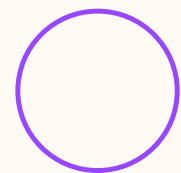
Organizadoras

NATÁLIA GUIMARÃES DUARTE SÁTYRO,
ELEONORA SCHETTINI M. CUNHA

Sinopse

“Ei! Psiu! Você tem noção do tanto que as políticas sociais fazem parte da sua vida? Siiiiimm! Não acredita ou não sabe? Vem com a gente!”

Descomplicando políticas sociais no Brasil introduz o mundo das políticas sociais às pessoas **curiosas e interessadas**. São três livros que funcionam de maneira independente, mas se complementam.



Referências

Fonte: SOARES, Márcia Miranda. *Por que o orçamento público é fundamental para as políticas sociais?* In: SÁTYRO, Natália G. D.; CUNHA, Eleonora S. M. (org.). **Descomplicando Políticas Sociais no Brasil: o que, por que, como, de quem, para quem?** Belo Horizonte: Editora UFMG : Fino Traço, 2023. (p. 97-118).

